

o/a capacitem para um mundo pautado pela mudança e para um futuro mais fluido e imprevisível, é uma tarefa que reveste a Escola de um papel (ainda mais) determinante na vida das crianças e jovens que a frequentam. Referenciais estratégicos como os PIICIE – Planos Integrados de Combate ao Insucesso Escolar e os PAFC – Programa de Autonomia e Flexibilidade Curricular podem (e devem) ter um papel preponderante ao serviço da inovação educativa.

No entanto, talvez mais importante do que a orientação estratégica patente nestes referenciais será a abordagem estratégica subjacente à sua concetualização e à sua implementação. Dito de outra forma, talvez mais importante do que os instrumentos de inovação per si serão os processos prévios de auscultação e sensibilização para a inovação educativa e a criação de oportunidades reais de apropriação destes referenciais pelos atores da comunidade educativa.

Inovar é um processo de grupo e não de um indivíduo. Inovar tem por base dinâmicas internas e não externas. Inovar implicar dar sentido a um guião co construído, num cenário co desenhado, numa narrativa partilhada e interativa no palco que é a Escola.

Alexandra Serra
Investigadora no SINCLab - CESPU

Escola e Projectos de Vida dos Jovens

A orientação vocacional de jovens e o seu papel

A orientação vocacional inscreve-se em dois sistemas de referência, distintos mas indissociáveis: ela corresponde ao processo de desenvolvimento pessoal do adolescente /jovem e representa o resultado do processo de transformação de projectos sociais em projetos pessoais. O primeiro reclama e remete para as condições que a intervenção de orientação vocacional cria no sentido de influenciar ou promover o processo de desenvolvimento psicológico, de que o desenvolvimento vocacional representa uma das dimensões. O segundo traduz a tensão (por vezes o conflito) entre projectos pessoais e projetos sociais. A este respeito, a orientação propõe-se a missão de transformação de projetos sociais (explícitos e implícitos) em projetos individuais, significativos, do ponto de vista do sujeito, e viáveis e susceptíveis de reconhecimento, do ponto de vista social. Por exemplo, em Portugal, há uma escolaridade obrigatória de doze anos, o que exprime um projeto social explícito (codificado na lei). A sua transformação num projeto pessoal é o processo que compete à intervenção continuada e sistemática de orientação. É aqui que se situa o seu principal problema e grande parte dos mal-entendidos que lhe estão associados.

É precisa a aldeia toda para apoiar a orientação

Antes de mais, a orientação apela à responsabilidade e ao papel efectivo de uma multiplicidade de agentes. Não se reduz, de modo algum, à intervenção específica – por muito que esta se considere indispensável – de um profissional próprio, condição que parece reunir um justificado consenso social. Apesar de esta representação restringida ao papel do psicólogo ser, socialmente, a mais generalizada, tecida em torno de predisposições inatas, vocações essencialistas e naturalizadas, predestinações, dons e talentos, que as tecnologias psicológicas (e.g., testes...) são esperadas descobrir, como se fossem “TAC’s”, recolhendo informação de diferentes secções da substância psicológica no sentido de possibilitar a decisão que concretiza o problema de orientação do adolescente ou jovem. Na verdade, é bem ao contrário que o processo de orientação vocacional dos mais novos

ocorre e se resolve. A família, a escola, os professores, a comunidade e as suas instituições, as empresas e os empregadores, entre outros actores sociais, têm um contributo decisivo neste processo, apesar de não ser frequente a sua assunção e desempenho sistemático e intencional. Em resumo: a orientação não se destina a descobrir algo de escondido no jovem, a sua vocação, como substância identificadora do presente e do futuro do indivíduo ou, em outras palavras, não nascemos predestinados para nada em particular, mas para a exploração e construção contínua de um futuro aberto a múltiplas possibilidades. Em segundo lugar, a orientação não diz respeito a um conjunto de requisitos e actividades desempenhados por um especialista – geralmente um psicólogo e o SPO em que se integra -, nem é da ordem exclusiva da sua responsabilidade específica individual. A orientação, como aprendizagem do governo autónomo da sua vida por si próprio, só poderá ser entendida como um processo protagonizado por cada jovem na sua singularidade, para o que este se envolverá num conjunto de aprendizagens no sentido da sua capacitação, autonomia, empoderamento, emancipação e espírito crítico. É, também, por essa razão que os seus “agentes” incluem, obrigatoriamente, todas as pessoas e instituições significativas do jovem na comunidade e nos contextos em que ele interage com o mundo, designadamente das formações e do trabalho. É necessário convocar a aldeia/ comunidade/ sociedade toda para promover e otimizar tal processo de orientação vocacional. Este papel que cabe a todos e cada um dos actores sociais – desde a família às empresas – traduz-se na diversidade, riqueza, complexidade e valor (para a construção de si próprio) das experiências que origina e das oportunidades de acção, iniciativa pessoal e experimentação que suscita. Não resulta, portanto de um dispositivo técnico-metodológico que basta dominar tecnocraticamente, mas de uma complexa articulação de experiências de vida, de influências das relações e interações sociais que se combinam com métodos fundamentados na Psicologia, que não podem esquecer o enquadramento político do problema mais geral da orientação ao longo da vida (no sentido de política pessoal da sua via).

Complexidade e ambiguidade na orientação

Parece claro que tal processo e resultado da orientação e desenvolvimento vocacional (espontâneo ou sistematicamente “provocado” por intervenções de orientação, psicológicas, educativas, sociais e comunitárias) de cada cidadão e, portanto, de cada adolescente ou jovem, vem a ser bastante mais complexo e exigente do que o que o senso comum poderia esperar. Por um lado, está longe de se poder confinar ao mero processamento de informação sobre os “cursos” existentes ou sobre as “profissões” que lhes poderão estar associadas. O

problema reside no facto de a nossa principal característica não é a de sermos processadores de informação à imagem dos dispositivos informáticos que o fazem de um modo tão exemplar quanto rotineiramente pobre, seguindo algoritmos previamente programados. Em lugar de processadores de informação (não se esqueça que o que resulta dos testes também é informação sobre si próprio a processar), melhor diríamos se adoptássemos a concepção de que somos fazedores de mundos. De facto, não é no mundo, tal como ele se encontra objectivamente organizado que fazemos maquinalmente as nossas escolhas de vida. É no mundo de significados e valores pessoais, subjectivamente construído, que inscrevemos o nosso desejo, no âmbito do nosso auto-governo pessoal. Além do mais, a realidade das formações e profissões não tem nada de simples e linear que a caracterize: é feita de nuances, pequenas diferenças e discriminações não explícitas mas de inferência e interpretação implícitas que habitam as entrelinhas e os não-ditos dos discursos insidiosamente “objectivos” e não ambíguos que chegam aos jovens sob a etiqueta de informação, como recurso e apoio à sua auto-orientação. Tais atributos de complexidade e ambiguidade fazem apelo àquilo que no passado se designou por competências dos analistas simbólicos, e que hoje tende a exprimir-se, mais prosaicamente, como competências transversais ou soft skills.

Contradições do ensino profissional na sociedade portuguesa e visões prospectivas

A diversidade de caminhos susceptíveis de serem escolhidos é um requisito que política, social e eticamente não se pode dispensar. Em Portugal, o maior problema prende-se com o modo de selecção social que tal diversidade pressupõe, tendo, como resultado, vias/cursos desigualmente nobres e prestigiados que ela integra. Não podemos ser ingénuos ao ponto de ignorar que é a própria procura social (isto é, os diferentes grupos de jovens) que estamos a prestigiar ou a estigmatizar, quando somos indiferentes ao prestígio associado a diferentes vias de formação e ao modo como eles atingem decisivamente e diferencialmente os jovens que os frequentam. Assim, são os próprios jovens estudantes de cursos profissionais e outros profissionalizantes (como os de aprendizagem em regime de alternância) que estamos a segregar, desvalorizando-os, quando somos socialmente negligentes e socialmente irresponsáveis, deixando que estas formações vão sendo devoradas por estereótipos simplistas, que, geralmente, desviam o problema e a sua gravidade social para a retórica vazia em torno de questões de mero ajustamento das necessidades de mão de obra das empresas... É, em grande parte este o panorama a que temos assistido no nosso País, desde há décadas. As vantagens que tais cursos (profissionalizantes) têm transformam-se rapidamente em desvantagens sociais: (a) aprendizagem através da

acção, da manipulação da realidade, do contacto com objectos técnicos e através da resolução de problemas, como alternativa a um ensino, por vezes demasiado dogmático, falsamente abstracto e, sobretudo, livresco, onde o argumento da autoridade tantas vezes se superioriza à compreensão pelos alunos; (b) o contacto com a realidade social, as aprendizagens fora da escola, a exploração do mundo da economia e das empresas e a preparação para o trabalho. Caso o investimento no trabalho não tenha uma duração de médio ou de longo prazo, ele actua, com certeza, como mais uma experiência relevante para este processo contínuo- e sempre em aberto- de construção e concretização de si próprio, como pessoa e como cidadão, e dos seus projectos de vida. Finalmente, não poderá deixar de se mencionar o que estas formações profissionalizantes têm feito pelos nossos jovens. Para muitos, os cursos profissionais têm constituído a via privilegiada para a conclusão da escolaridade obrigatória de doze anos, para completar o ensino secundário e para adquirir uma primeira qualificação profissional inicial (nível 4). Se Portugal tem conseguido progressos significativos no aumento da percentagem de jovens que terminam o ensino secundário, deve-o, indubitavelmente, aos estudantes dos cursos profissionais. Como referido antes, trata-se de formações a valorizar socialmente e a elevar o seu prestígio e estatuto. O passo seguinte refere-se ao acesso ao ensino superior – universitário e politécnico – cujas hesitações e ambiguidades devem ser politicamente resolvidas, o mais depressa possível.

Assim, se criarem condições favoráveis para um último e não menos importante resultado a obter junto destes jovens: remover os obstáculos e barreiras interiorizados e promover o seu patamar de aspirações para aprendizagens de níveis mais elevados: licenciaturas, mestrados e doutoramentos. A eliminação deste travão só beneficiará a sociedade portuguesa como um todo, ela própria tolhida por uma diminuta ambição pessoal e social, política e economicamente construída. Tais medidas farão mais pela evolução social, cultural e económica da comunidade do que muitos discursos vãos, cruéis e iníquos, individualizando, responsabilizando, culpabilizando a vítima, real ou potencial, recorrendo a uma retórica de falsas soluções, como por vezes acontece com demasiada frequência numa atitude facilitista, que não estimula um debate sério no seio da sociedade portuguesa sobre os efeitos precoces e nocivos sobre o futuro de uma parte significativa de um grupo etário tão urgente quanto escasso.

Joaquim Luís Coimbra

Professor Associado da Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto

O que acontecerá se 10% dos professores fizerem da escola um novo espaço de aprendizagem?

O mundo está a mudar e esta mudança é irreversível. Há indicadores que mostram que estamos mais exigentes, mais expostos a informação e mais suscetíveis a estímulos externos. Isto significa que a nossa forma de aprender mudou. À distância de um click chegamos a mais informação do que a geração anterior poderia aceder num mês.

Esta mudança tem implicações no mercado de trabalho e, por consequência, na forma como as pessoas devem ser preparadas para lá chegar. Por exemplo:

- 75% dos millenials pretendem ter mais propósito através do seu trabalho (segundo um estudo levado a cabo pela Core Communications);

- 65% da força de trabalho atual considera normal mudar de trabalho de 3 em 3 anos pelo menos (de acordo com a Human Capital Trends da Deloitte).

A mobilidade, a modulação da aprendizagem e a liberdade na construção curricular são o novo normal. Todavia é importante referir que isto é particularmente importante em Portugal onde existem desafios culturais. Para a construção deste novo normal e aproximar a capacitação, o mercado de trabalho e a liderança individual é importante ter em conta o seguinte:

- **O segredo não é a alma do negócio e a rede é o recurso do futuro** – as organizações, as sociedades e os indivíduos mais resilientes serão aqueles que forem capazes de descentralizar o seu poder, passar a responsabilidade e responsabilizar os seus membros e, simultaneamente, aproveitar a sua inteligência coletiva. Este é um desafio para todas as instituições mas sobretudo para a escola. Por esta razão a escola deverá, a prazo, tornar-se mais próxima de uma estrutura holocrática;

- **Os recursos intangíveis são muito importantes numa sociedade de informação** – a sociedade de informação baseia-se na velocidade da circulação da informação, no acesso fácil e rápido ao conhecimento e na sua produção descentralizada. A escola do futuro deve ser capaz de lidar com esta realidade e não de a combater;

- **Meritocracia é sinónimo de flexibilidade e evolução** – preparar a nova e próxima geração de líderes é uma tarefa exigente neste novo contexto. Valores como, por exemplo, a flexibilidade, a meritocracia, a rapidez e a